



**Generali Brasil Seguros S.A.**

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57  
Sede Social - Av. Barão de Tefé, 34 - 16º andar  
Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20.220-460  
Tel.: (21) 2508 0100

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.**

**Senhores acionistas,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Generali Brasil Seguros submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao ano de 2021. Este conteúdo foi confeccionado em comparação ao mesmo período de 2020 e abrange os dados do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Resultado Abrangente, da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa e está acompanhado das Notas Explicativas, do Parecer Atuarial e do Relatório dos Auditores Independentes.

**Perfil**

A Generali é um grupo italiano independente com forte presença internacional. Fundado em 1831, está entre uma das maiores seguradoras do mundo, presente em mais de 50 países.

Com quase 72.000 funcionários e cerca de 61 milhões de clientes, tem uma posição de liderança na Europa e presença crescente na Ásia e na América Latina. Em 2019, a Generali se destacou como o melhor grupo mundial de seguros, segundo a lista "Empresas mais Concluídas", desenvolvida pela Forbes.

A companhia está no Brasil desde 1925 e foi a primeira seguradora estrangeira a chegar aqui. Desde agosto de 2019, a nossa Matriz encontra-se em um edifício moderno e sustentável na região do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.

**Estratégia Generali**

A Generali Brasil, como parte de seu plano estratégico, segue direcionando seu foco para Seguros Massificados, Seguros de Vida em Grupo e Grandes Riscos.

Este ano, o plano permanece efetivo e ainda mais válido no contexto do mercado atual. Mesmo em um cenário desafiador por conta da Covid-19, a companhia ultrapassou a marca de 8 milhões de clientes no país. A Generali Brasil aproveita a excelência do Grupo na Itália para executar sua estratégia de forma disciplinada, focada na forte rede de distribuição e no modelo de negócio diversificado.

Nosso seguro tem um importante papel social, que é oferecer tranquilidade e segurança a milhões de brasileiros.

**Desempenho Econômico**

As expectativas para o ano de 2021 ao final do ano de 2020 eram de uma retomada expressiva da atividade econômica brasileira a partir de maio, com projeções de mercado de crescimento do PIB ao redor de 4,0%, impulsionada principalmente pelo setor de serviços e por um ambiente de juros baixos e movimentos de inflação considerados transitórios. A expectativa para o fechamento do IPCA em 2021 era de aproximadamente 3,3%.

Os atrasos no início da vacinação contra a COVID-19, cuja aceleração significativa ocorreu apenas a partir de junho, fizeram com que a economia se mantivesse ociosa por mais tempo do que estimado anteriormente.

A projeção de crescimento do PIB em 2021 está em torno de 4,5%, e de 0,3% para 2022. O IPCA acumulado fechou em 10,1% em 2021 e está projetado em 5,1% para 2022.

No primeiro trimestre de 2021 foi aprovada a PEC Emergencial, abrindo espaço para pagamento de auxílio emergencial de R\$ 44 bilhões. Isto aliado com o aumento de gastos sociais em decorrência da pandemia deteriorou a situação fiscal do país. A significativa saída de dólares da economia brasileira frente ao aumento de juros no

mercado global, além da instabilidade política gerada principalmente pela crise entre poderes, geraram forte pressão cambial e inflacionária, fazendo com que o Ministério da Economia e o Banco Central iniciassem uma escalada gradual da taxa SELIC. A taxa básica, que estava em 2,0% em janeiro, fechou o ano em 9,25% com tendência de alta para 2022.

Apesar do cenário de alta da inflação, influenciado principalmente pela alta de preços de alimentos, combustíveis e energia elétrica, observou-se um aumento na produção industrial a partir de abril, com pico em agosto no acumulado de 12 meses em 7,2%. Entretanto, o indicador para os meses subsequentes indicam uma tendência de queda. O número de desempregados até outubro era de 12,9 milhões de pessoas.

A *Assicurazioni Generali*, em resposta ao esforço global contra a Pandemia havia aprovado em 2020 a criação de um Fundo Internacional Extraordinário de até € 100 milhões dedicado à luta contra as emergências da COVID-19, visando destinar até € 30 milhões para a emergência sanitária na Itália e focar, com o fundo remanescente, em situações que tenham impacto direto e significativo: clientes Generali afetados pela crise, como pequenas e médias empresas, assim como seus funcionários. Para o Brasil, devido a estratégia do *Run Off*, o valores destinados foram de R\$ 3,2 milhões em 2020 e R\$ 3,0 milhões em 2021 no intuito de evitar demissões no período, mitigando possíveis danos de reputação à empresa, além de garantir apoio a seus empregados referente a saúde, trabalho remoto e ergonomia.

A Generali Brasil Seguros encerra o ano de 2021 com um prejuízo de R\$ 56,9 milhões principalmente devido à necessidade de prudência adicional em seus passivos, *impairment* de ativos intangíveis relacionados a parcerias comerciais cujo desempenho esteve aquém do esperado, perdas provenientes de sinistros relacionados a Covid-19 e da carteira de seguro automóvel atualmente em *run-off*. Os prêmios emitidos foram de R\$ 1,0 bilhão, dos quais R\$ 724 milhões provenientes de *affinities*.

Em 2022, as atenções estarão voltadas para as ações do Banco Central Americano (FED) com relação à taxa de juros do país, a evolução da variante Omicron do novo coronavírus e, principalmente, as eleições presidenciais no Brasil. As propostas dos candidatos com maior probabilidade de eleição, além das ações da atual equipe econômica ao longo do ano, devem gerar instabilidade, principalmente no câmbio, na medida em que o mercado responde a esses estímulos. Além disso, o fechamento do IPCA em 10,06%, influenciado principalmente pelas categorias de preços de Transportes e Alimentação/Bebidas, abre margem adicional para o teto de gastos do governo, desprovida de reformas nos gastos públicos, agravando ainda mais a deterioração da situação fiscal do país.

Fonte(s): Banco Central, Itaú e Santander. Grupo Abril, Ministério da Saúde, Nexo, Agência Brasil, Folha de São Paulo, Valor Econômico, Estado, Globo, Gazeta do Povo, Goldman Sachs, JP Morgan, Gavekal, Capital Economics, Vital Knowledge, MCM, Pastore Associados, Bloomberg, Broadcast.

**Agradecimento**

Agradecemos a todos os segurados que nos confiaram suas conquistas, aos corretores que nos indicaram como solução a seus clientes e aos colaboradores da Generali. Agradecemos também aos acionistas pelo apoio e confiança em nossa administração e às entidades e autoridades ligadas às nossas atividades.

**A Administração**

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)</b>			
	31/12/2021	31/12/2020	
<b>ATIVO</b>			<b>Passivo</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.167.229</b>	<b>1.181.190</b>	<b>Passivo Circulante</b>
Disponível	13.079	11.648	Contas a pagar
Caixa e equivalentes de caixa	13.079	11.648	Obrigações a pagar (Nota 15)
<b>Aplicações (Nota 5)</b>	<b>364.161</b>	<b>305.757</b>	Impostos e encargos sociais a recolher
<b>Crédito das operações com seguros e resseguros</b>	<b>250.622</b>	<b>382.037</b>	Encargos trabalhistas
Prêmios a receber (Nota 6)	144.271	290.457	Impostos e contribuições
Operações com seguradoras	136	2.267	Outras contas a pagar
Operações com resseguradoras (Nota 7.1)	82.973	66.320	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>
Outros créditos operacionais (Nota 11)	23.242	22.993	Prêmios a restituir
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 18)</b>	<b>414.514</b>	<b>358.315</b>	Operações com seguradoras
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>4.855</b>	<b>4.213</b>	Operações com resseguradoras (Nota 7.2)
Créditos tributários e previdenciários (Nota 12)	2.679	3.116	Corretores de seguros e resseguros
Outros créditos	2.176	1.097	Outros débitos operacionais
<b>Outros valores e bens (Nota 8)</b>	<b>209</b>	<b>6.720</b>	<b>Depósitos de terceiros (Nota 16)</b>
<b>Depósitos compulsórios</b>	<b>6</b>	<b>41</b>	<b>Provisões técnicas - seguros (Nota 18)</b>
<b>Despesas antecipadas (Nota 9)</b>	<b>1.617</b>	<b>14.546</b>	Danos
<b>Custos de aquisição diferidos (Nota 10)</b>	<b>118.166</b>	<b>97.913</b>	Pessoas
<b>Ativo Não circulante</b>	<b>495.402</b>	<b>535.785</b>	<b>Débitos diversos</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>263.918</b>	<b>256.516</b>	<b>Passivo Não circulante</b>
<b>Aplicações (Nota 5)</b>	<b>108.141</b>	<b>112.717</b>	<b>Contas a pagar</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>103.848</b>	<b>104.495</b>	Tributos diferidos
Prêmios a receber (Nota 6)	-	1	<b>Provisões técnicas - seguros (Nota 18)</b>
Outros créditos operacionais (Nota 11)	81.496	82.427	Danos
Créditos a receber	676	638	Pessoas
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 17)	21.676	21.429	<b>Outros débitos</b>
<b>Outros valores e bens (Nota 8)</b>	<b>13.089</b>	<b>755</b>	Provisões judiciais (Nota 17)
<b>Despesas antecipadas (Nota 9)</b>	<b>24.105</b>	<b>24.247</b>	Débitos diversos
<b>Custo de aquisição de diferidos (Nota 10)</b>	<b>14.735</b>	<b>14.302</b>	<b>Patrimônio líquido (Nota 22)</b>
<b>Investimentos</b>	<b>43</b>	<b>43</b>	Capital social
Outros investimentos	43	43	Reserva de capital
<b>Imobilizado (Nota 13)</b>	<b>6.729</b>	<b>8.928</b>	Ajuste de avaliação patrimonial
Bens móveis	2.210	2.820	Prejuízos acumulados
Outras imobilizações	4.519	6.108	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>
<b>Intangível (Nota 14)</b>	<b>224.712</b>	<b>270.298</b>	
Outros intangíveis	224.712	270.298	
<b>Total do ativo</b>	<b>1.662.631</b>	<b>1.716.975</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)</b>		
	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios emitidos	1.040.545	805.013
Variações das provisões técnicas	(9.216)	(65.567)
Prêmios ganhos (Nota 23)	1.031.329	739.446
Sinistros ocorridos (Nota 23)	(513.542)	(443.369)
Custos de aquisição (Nota 26.a)	(363.641)	(238.809)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 26.b)	(82.151)	(48.820)
Resultado com resseguro (Nota 26.c)	10.180	23.443
Receitas com Resseguro	234.426	179.822
Despesas com Resseguro	(224.246)	(156.379)
Despesas administrativas (Nota 26.d)	(125.723)	(135.126)
Despesas com tributos (Nota 26.e)	(32.744)	(21.150)
Resultado financeiro (Nota 26.f)	16.124	15.752
Receitas financeiras	30.908	22.058
Despesas financeiras	(14.784)	(6.306)
Resultado operacional	(60.168)	(108.633)
Ganho (perdas) com ativos não correntes (Nota 26.g)	8.405	(15.428)
Resultado antes dos impostos e participações	(51.763)	(124.061)
Participações sobre o resultado	(5.103)	(1.032)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(56.866)</b>	<b>(125.093)</b>
Quantidade de ações	5.504.284	4.661.665
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação)	(10,33)	(27,38)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)</b>		
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(56.866)</b>	<b>(125.093)</b>
<b>Outros resultados abrangentes líquidos, a serem reclassificados para resultado em períodos subsequentes.</b>		
Variação do valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	(17.589)	(2.066)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	1.995	826
<b>Outros resultados abrangentes líquidos, não reclassificados para resultado em períodos subsequentes</b>		
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	(84)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(72.459)</b>	<b>(126.417)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)</b>			
	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(56.866)</b>	<b>(125.093)</b>	
<b>Ajustes para</b>			
Depreciação e amortização	28.728	29.411	
Constituição (reversão) de provisão para contingências	10.435	3.470	
Resultado da baixa de intangível e imobilizado	25.998	16.160	
Provisão de <i>impairment</i> de intangível	15.979	(1.240)	
Reversão (constituição) de provisão para redução do valor recuperável dos ativos	8.217	11.187	
Remuneração baseada em ações	(4.524)	(467)	
Outros ajustes	-	(84)	
	27.967	(66.656)	
<b>Variação nas contas patrimoniais</b>			
Ativos financeiros	(71.416)	66.129	
Créditos das operações de seguros e resseguros	73.074	(51.561)	
Ativos de resseguro	(56.199)	(97.602)	
Créditos fiscais e previdenciários	437	2.115	
Despesas antecipadas	13.071	(3.932)	
Custos de aquisição diferidos	(20.253)	(19.937)	
Outros ativos	(41.555)	(2.615)	
Depósitos judiciais e fiscais	(247)	(38.213)	
Outras contas a pagar	(5.162)	15.100	
Impostos e contribuições	(9.314)	578	
Débitos de operações de seguros e resseguros	(80.755)	114.486	
Outros passivos	16.550	(420)	
Depósitos de terceiros	(19.141)	12.942	
Provisões técnicas - seguros	91.926	48.426	
Juros sobre arrendamentos	(907)	-	
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>(81.924)</b>	<b>(21.159)</b>	
<b>Atividades de investimento</b>			
Pagamento pela compra	-	-	
Imobilizado	(174)	(3.410)	
Intangível	(22.746)	(22.300)	
Recebimento pela venda	-	-	
Intangível	34.900	-	
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>(11.980)</b>	<b>(25.710)</b>	
<b>Atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	74.418	50.000	
Pagamento de passivo por arrendamento	(3.042)	-	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>71.376</b>	<b>50.000</b>	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.432</b>	<b>3.131</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.648	8.517	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.079	11.648	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)</b>						
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.513.401</b>	-	<b>10.238</b>	<b>84</b>	<b>4.233</b>	<b>(1.017.887)</b>
Aumento de capital	-	50.000	-	-	-	50.000
Aprovação do aumento do capital	50.000	(50.000)	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	(467)	-	-	(467)
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	(84)	-	(84)
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(1.239)	(1.239)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(125.093)	(125.093)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.563.401</b>	-	<b>9.771</b>	-	<b>2.994</b>	<b>(1.142.980)</b>
Aumento de capital - (Nota 22.1)	-	74.418	-	-	-	74.418
Aprovação do aumento do capital - (Nota 22.1)	74.418	(74.418)	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações (Nota 25)	-	-	(4.524)	-	-	(4.524)
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(15.594)	(15.594)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(56.866)	(56.866)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.637.819</b>	-	<b>5.247</b>	-	<b>(1.199.846)</b>	<b>430.620</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional**

A Generali Brasil Seguros S.A. ("Seguradora" ou "Companhia"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada da Assicurazioni Generali S.p.A., grupo segurador italiano, tem por objetivo social operar com seguros de danos e pessoas em todo o país, como definidos na legislação em vigor.

A Administração da Companhia tem um plano estruturado de melhoria contínua de seus processos e serviços, bem como aumento das receitas com o objetivo de acelerar o processo de retomada da rentabilidade. A Companhia conta ainda com o apoio de seu acionista controlador, que vem suprindo os recursos necessários para os importantes investimentos realizados no fortalecimento de seus sistemas, processos e governança, bem como suportar o ritmo de crescimento das operações, na direção da retomada da lucratividade e mantendo os níveis de solvência adequados, de acordo com as políticas do Grupo Generali e com os requerimentos legais.

Dentro do plano de retomada da rentabilidade, a Companhia firmou, no final do ano de 2016, parceria com o Banco BMG para a exclusividade de vendas de seguros nos seus canais de distribuição. Esta parceria, inicialmente, tinha duração prevista de 20 anos. Porém, em dezembro de 2019, o contrato foi renegociado com adição de mais 2 anos à vigência contratual e reembolso de 40% do valor aportado inicialmente, corrigido monetariamente até a data da assinatura da renegociação contratual.

Para mais detalhes deste e das demais parcerias vide Notas 9 (Despesas antecipadas) e 14 (Intangível). Em outubro de 2019, a administração da Companhia decidiu pela descontinuidade da comercialização de apólices de frotas, sendo suas últimas apólices vigentes até outubro de 2020. Em maio de 2020, a administração decidiu pela descontinuidade da comercialização de seguro auto tradicional, sendo sua carteira em *run-off*, terminando as últimas vigências em 31 de maio de 2021.

Em 2021, a administração da Companhia também optou, em comum acordo com suas contrapartes, por descontinuar duas de suas parcerias para distribuição de seguros massificados, as quais vinham apresentando rentabilidade aquém das estimativas. Em julho foi encerrada a parceria com o Banco Pine e posteriormente, em novembro, com a LASA (Lojas Americanas S.A.), ambas com reintegração de aporte inicial realizado pela Seguradora atualizado à data do encerramento contratual.

**1.1. Impactos COVID-19**

Assim que identificou a possibilidade do isolamento social, a Companhia adotou para todos os executivos, gestores e funcionários a modalidade "home office" de trabalho através de ferramenta específica para o acesso aos sistemas e aos computadores da sede da Companhia, bem como outras medidas que propiciaram a continuidade de todos os seus processos operacionais. Em relação aos serviços contratados pela companhia, não foi detectada nenhuma descontinuidade de prestação de serviços dos contratos atualmente firmados, bem como nenhum indicio que isso possa ocorrer.

Considerando a incerteza da evolução ou redução da COVID-19 no Brasil, que inclusive depende das medidas governamentais e da própria população, a Companhia continuará monitorando e avaliando a situação ao longo do ano, mantendo foco na segurança dos seus funcionários, corretores, clientes e prestadores de serviços.

Como não podemos controlar e prever quais medidas governamentais serão adotadas, bem como a futura situação econômica brasileira e, por conseguinte, das nossas operações, a Companhia mediante esse cenário de incertezas não tem como quantificar os impactos financeiros de seus resultados futuros e vem monitorando constantemente a sua liquidez e solvência.

Por fim, a Companhia retornou em 2021 ao regime regular de pagamentos de obrigações ao Governo Federal após haver aderido, em 2020, aos seguintes benefícios oferecidos:

(a) Postergação dos vencimentos das competências de março, abril e maio 2020 relativas tanto às contribuições sociais destinadas ao PIS e a COFINS, quanto às contribuições devidas ao INSS, parcela empresa, de que trata o artigo 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ambas em estrita obediência ao disposto pela Portaria ME nº 139/20, alterada pela Portaria nº 150/20, no montante de R\$7.102.

(b) Postergação do vencimento dos depósitos referentes ao FGTS de titularidade dos seus colaboradores, relativos às competências de março, abril e maio, conforme estabelecido pela MP nº 927 de 22 de março de 2020, no montante de R\$1.180 pagos em 2020.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**

**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) - (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP").



**Generali Brasil Seguros S.A.**

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57  
Sede Social - Av. Barão de Tefé, 34 - 16º andar  
Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20.220-460  
Tel.: (21) 2508 0100

**2.3. Base para mensuração**

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros, vida útil dos ativos intangíveis, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos ativos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 3.

**2.4. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período.

**2.5. Comparabilidade**

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 está sendo apresentado comparativamente com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis e da circular SUSEP 517/15 e suas alterações posteriores.

**2.6. Disponível**

Incluem dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**2.7. Ativos financeiros**

**2.7.1. Classificação**

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) títulos disponíveis para venda; e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no reconhecimento inicial de seus ativos.

i) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**  
Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

ii) **Títulos disponíveis para a venda**  
A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes ou ativos não circulantes diante do seu vencimento ou da expectativa de venda destes ativos.

iii) **Ativos de resseguro - provisões técnicas**  
Os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", Operações com seguradoras e resseguradoras e outros créditos operacionais.

**2.7.2. Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado e debitados dos custos da transação à demonstração do resultado para todos os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impairment*).

2.7.3. **Compensação de instrumentos financeiros**  
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.7.4. Impairment de ativos financeiros**

i) **Ativos negociados ao custo amortizado**  
A Seguradora avalia semestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados pela Seguradora para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios a receber e sobre créditos a receber de resseguradores é constituída com base em estudo técnico elaborado pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados, conforme descrito em nota técnica atuarial.

**2.8. Ativos relacionados a resseguros**

O objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital, transferindo riscos parcial ou totalmente a contrapartes selecionadas e pré-aprovadas pela Administração da Companhia e, de acordo com a legislação vigente, respeitando o limite de retenção junto à SUSEP. Nessa operação, a Seguradora objetiva proteger seu patrimônio e seus resultados operacionais, limitando suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso, e cede a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido.

Tecnicamente, o resseguro é um contrato que equilibra e dá solvência aos seguradores e evita, através da diluição dos riscos que haja quebra de seguradoras no caso de excesso de sinistralidade, como ocorrência de grandes tragédias ou de catástrofes, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

Os ativos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações com os segurados. Já os passivos a serem pagos aos resseguradores são compostos substancialmente por prêmios acordado entre as partes em detrimento da capacidade de resseguro cedida pelos resseguradores à Companhia.

Os ativos de resseguro representam os valores a receber das contrapartes (resseguradores) e são calculados considerando seus respectivos percentuais de participação em cada contrato de resseguro podendo este ser automático proporcional, não proporcional ou facultativo. Esses ativos são devidamente associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro.

Os ativos relacionados a resseguros são constantemente atualizados à medida que são feitos pagamentos a segurados e/ou exista movimentações nas reservas e submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indício de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados.

**2.9. Teste de adequação do passivo**

Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do teste, visando a avaliação das obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros durante o período de vigência das apólices e o término de cobertura dos contratos vigentes.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados e caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

A metodologia de cálculo considera a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados, a Seguradora utilizou estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNER.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a estimativa da série histórica compreendida entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise.

As regras e os procedimentos para a elaboração do teste de adequação do passivo foram instituídos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

O teste de adequação dos passivos em 31 de dezembro de 2021 indicou que as provisões constituídas nesta data-base, se mostraram insuficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorriam do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, havendo necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no montante de R\$3.699 (R\$5.191 em 31 de dezembro de 2020).

**Premissas e Resultados**

	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
<b>a. PCC</b>			<b>d. Sinistralidade</b>		
<b>Bruta</b>	(3.699)	(5.191)	<b>Total</b>	59,9%	47,9%
<b>Líquida</b>	(2.244)	(2.810)	<b>Danos</b>	68,3%	68,1%
			<b>Pessoas</b>	49,1%	43,2%
			<b>e. Resseguros</b>		
			<b>Pessoas</b>	39,3%	49,6%
			<b>Danos (*)</b>	aplicável	aplicável
			(*) Não houve PCC para o segmento		

**b. Taxa de desconto Curva de desconto ETTJ SUSEP**  
Fonte: <http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/coris/dicem/modelo-de-interpolacao-e-extrapolacao-da-ettj-a>

**c. Tábua:** A cia. não possui riscos aplicáveis  
**Não Aplicável** a Tábua para cálculo das Provisões Técnicas

**2.10. Intangível**

O ativo intangível é representado por gastos com implantação de sistemas operacionais para melhoria de processos e pelos investimentos em aquisições de direitos de uso de canais de distribuição ou de carteiras de longa duração conforme estratégia da Companhia, que consiste na realização de investimentos em canais massificados. Ressalta-se que os gastos associados à manutenção de sistemas são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Os gastos associados a sistemas identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora, que gerarão benefícios econômicos futuros maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos com desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. Os custos com o direito de uso dos canais de distribuição ou de carteiras de longa duração são amortizados de forma linear durante o período dos respectivos contratos ou proporcionalmente à produção, quando esta for a melhor forma de correlacionar a receita com consumo dos benefícios econômicos futuros em linha com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

**2.11. Custos de aquisição diferidos**

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas dos custos relacionados à corretagem de seguro na aquisição de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu, sendo apropriadas ao resultado conforme a vigência decorrida. O prazo médio de diferimento é de 12 meses em linha com a composição predominante dos negócios da Companhia que tem vigência anual, com forte concentração nas carteiras de vida/prestamista e ramos elementares.

**2.12. Salvados**

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados e aos seus reclamantes. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do mesmo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros. A provisão para redução do valor recuperável de salvados é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos salvados, considerando os riscos envolvidos.

A partir de janeiro de 2019, a Companhia, em conformidade com a circular SUSEP 575/2018, classifica os salvados recuperados que ainda não estão disponíveis para venda, e suas respectivas provisões de redução ao valor recuperável, no ativo não circulante.

**2.13. Imobilizado**

O ativo imobilizado é composto de equipamentos, móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a.)	Anos
Equipamentos de informática	20%	5
Móveis, máquinas e utensílios	10%	10
Benfeitoria em imóvel de terceiros	20%	5
Outras imobilizações	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço.

**2.14. Impairment de ativos não financeiros**

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como Unidades Geradoras de Caixa (UGC'S).

**2.15. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias e depósitos judiciais**

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Seguradora não reconhece a provisão.

A Seguradora constitui provisões para desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados como descrito a seguir:

**2.15.1. Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ("transitado em julgado"), caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento).

**2.15.2. Passivos contingentes**

Segundo o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece a provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota".

No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não ligadas a contratos de seguros, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco, no passivo não circulante.

**2.15.3. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

Decorrem de processos relativos a tais matérias cujo objeto de contestação seja sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo.

**2.16. Provisões técnicas - seguros e resseguros**

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e alterações, e com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA):

**2.16.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)**

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. Esta provisão é obtida a partir da parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério *pro rata die* para todos os ramos de seguros.

**2.16.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)**

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em estudo técnico atuarial, cuja metodologia de cálculo encontra-se escrita em nota técnica atuarial definida pelo atuário responsável da Seguradora, em consonância com a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

**2.16.3. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, decorrentes do valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

**2.16.4. Provisão de Excedentes Técnicos (PET)**

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice.

**2.16.5. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**

**i) Processos administrativos**

É constituída, caso a caso, para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos aos pagamentos dos sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e das operações de cosseguro cedido.

A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final ou quando ocorrer algum fato que impeça a baixa dos sinistros de forma individualizada e tempestiva no sistema operacional da Companhia.

**ii) Processos judiciais**

É estimada a partir da análise do departamento jurídico da Seguradora ao receber a citação de um novo processo, avaliando-se a probabilidade de perda e o valor máximo de responsabilidade, considerando-se na análise, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o capital segurado e a jurisprudência.

A Seguradora adota o critério de contabilização das provisões referente aos processos de sinistros, calculando com base em dados históricos, o percentual de perdas inicialmente classificadas como prováveis, possíveis e remotas, que a Companhia acaba por efetuar algum pagamento.

O estudo é verificado periodicamente e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tivemos como resultado as seguintes perdas históricas:

Perda provável - Demais	85% do valor em risco
Perda provável - Automóvel	100% do valor em risco
Perda possível - Demais	50% do valor em risco
Perda possível - Automóvel	60% do valor em risco
Perda remota - Demais	30% do valor em risco
Perda remota - Automóvel	21% do valor em risco

Como as causas dessa natureza não possuem data de vencimento, podendo ser executadas ou feitos acordos judiciais a qualquer tempo (neste último caso, não incluídas as ações tributárias, trabalhistas e cíveis não ligadas a sinistros), a Administração adota como política, de forma consistente ao longo dos anos, a classificação dessa provisão no passivo circulante.

**2.16.6. Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER)**

**i) Ajustes decorrentes de IBNER**

Contempla os ajustes de IBNER, para os sinistros avisados e ainda não pagos, quando necessário, em decorrência da adequação da provisão até a respectiva liquidação final, conforme descrito na nota técnica atuarial de IBNER.

**ii) Salvados e/ou ressarcimentos**

A PSL para salvados e/ou ressarcimentos é constituída, caso a caso, para a expectativa de venda do salvado e/ou recuperação do ressarcimento, conforme o valor apurado na data do registro do salvado e/ou ressarcimento, até a sua respectiva liquidação total.

A provisão contempla os ajustes de IBNER para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

A metodologia de cálculo para estimativa da provisão de IBNER, é realizada com base na estimativa dos sinistros ocorridos e não pagos (IBNP), subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e o saldo da provisão de Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR). Para a apuração do IBNP, a Companhia utiliza o método dos triângulos de *run-off*, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros para estabelecer a projeção futura destes sinistros por períodos de ocorrência.

A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos em nota técnica atuarial.

**2.16.7. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)**

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos em nota técnica atuarial e contempla estimativa para os valores relativos a indenizações e despesas, considerando os sinistros administrativos e judiciais.

A metodologia de cálculo para estimativa da provisão dos sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é realizada com base no método dos triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros reportados para estabelecer a projeção futura destes sinistros por períodos de ocorrência.

A expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na provisão de IBNR.

**2.16.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)**

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

**2.17. Capital social**

As ações ordinárias emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido, quando a Seguradora não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos adicionais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

O montante total do capital pertencente aos acionistas domiciliados no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais.

**2.18. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui:

- Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura ou a emissão de apólice, o que ocorrer antes, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio, não afetando o resultado.

- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado.

- Os juros cobrados sobre os prêmios fracionados são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.



**Generali Brasil Seguros S.A.**

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57  
Sede Social - Av. Barão de Tefé, 34 – 16º andar  
Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.220-460  
Tel.: (21) 2508 0100

de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021. Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17.

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.

Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares. A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Companhia a partir de 1/1/2021.

Abaixo apresentamos as novas informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma:

(a) Ativo de direito de uso (outros valores e bens)

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente:

Movimentações 31/12/2021					
Direito de uso	Saldo em 01/01/2021	Novos contratos/ reavaliações	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Valor líquido
Imóveis	15.014	-	-	(1.925)	17.795
<b>Total</b>	<b>15.014</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.925)</b>	<b>17.795</b>

(b) Passivo de arrendamento (débitos diversos)

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

Juros a transcorrer de contratos de arrendamento				Passivo de arrendamento líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>21.415</b>	<b>(4.568)</b>	<b>(1.925)</b>	<b>16.847</b>
Apropriação de juros transcorridos	-	908	-	908
Constituições/reavaliações de contratos	2.499	-	-	2.499
Pagamentos	(3.042)	-	-	(3.042)
Outras/Baixas	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>20.872</b>	<b>(3.660)</b>	<b>(1.925)</b>	<b>17.212</b>

**Circulante**

**Não circulante**

Para ambos os valores registrados no ativo e passivo, não foram apresentados os valores comparativos, haja visto que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pela IFRS 16/CPC 06 (R2).

**3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que venham a requerer um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou do passivo a serem afetados em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

**a) Provisões técnicas**

As provisões técnicas foram constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, e da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações, com base em premissas, critérios e metodologias em conformidade com as melhores práticas do mercado de seguros, e documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

Em relação à provisão de sinistros a liquidar (PSL), a constituição é realizada com base na estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguo aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguo cedidos, abrangendo os valores relativos a indenizações e incluindo atualizações monetárias e juros. Já a provisão de IBNR é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguo aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguo cedidos. A constituição da provisão de IBNR é realizada com base na metodologia de sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo-se o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. A apuração do IBNP é realizada pela estimativa dos valores finais de sinistros já ocorridos e ainda não pagos, através da metodologia de *Chain Ladder*, utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off* trimestrais, que consideram o desenvolvimento dos sinistros ocorridos na Companhia desde 2006. A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que a experiência passada sobre o desenvolvimento dos sinistros da Companhia pode ser utilizada para projetar valores finais dos sinistros ocorridos em períodos mais recentes e ainda não totalmente desenvolvidos.

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. A provisão é calculada *pro rata die*, com base no valor do prêmio comercial, bruto das operações de cosseguo aceito e de resseguro e líquido das operações de cosseguo cedido e da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação. Já a provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE) corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. A PPNG-RVNE foi estimada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* mensais, compreendendo período de 24 meses de histórico. Os triângulos foram elaborados com base no intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices.

**b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível**

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

**c) Provisão para recuperação de ativos de seguros, resseguros, cosseguos e salvados**

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros e cosseguos. Essas análises são revisadas periodicamente, sem alterações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**e) Provisões para contingências**

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais (cíveis, trabalhistas e tributárias) cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos engloba considerável julgamento por parte da Administração. Tal procedimento é necessário tendo em vista ser provável que, como resultado de um acontecimento passado, uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências apresentadas, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos Tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente, e/ou quando da prolação de decisões judiciais, emissão de laudos periciais e/ou quaisquer outros atos judiciais que possam trazer implicações diretas no valor e na probabilidade de perda a serem considerados, por serem favoráveis ou desfavoráveis à Seguradora.

**f) Normas emitidas e revisadas**

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2021 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.

**IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros**

O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do IAS 39 (CPC 38).

O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**IFRS 17 - Contratos de seguros**

O IFRS 17 - Contratos de Seguros contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

O IFRS 17 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**4. Estrutura de gerenciamento de riscos**

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas do mercado utilizadas nacional e internacionalmente, adaptadas à realidade da Seguradora no Brasil.

**4.1. Risco de seguro**

O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares e vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta ou indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Para efeito de testes de sensibilidade, foram utilizadas as sensibilidade de 10% de aumento/redução na sinistralidade, apresentando os seguintes efeitos:

Variáveis	Premissas	Resultado após agravo	Efeito no resultado	Efeito no PL
Sinistralidade global	Agravo de 10%	(160)	(181)	24
Sinistralidade global	Redução de 10%	46	181	(24)

As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro

Bruto de Resseguro 31/12/2021										
Região	Auto-móveis/-RCF-V	%	Vida - Acidentes pessoais	%	Vida - Prestamista	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	298	0%	15.216	1%	4.899	0%	25.172	2%	45.585	4%
Nordeste	322	0%	36.573	4%	5.965	1%	25.552	2%	68.412	7%
Norte	67	0%	13.232	1%	68	0%	10.800	1%	24.167	2%
Sudeste	5.482	1%	291.076	28%	323.233	31%	113.649	11%	733.440	71%
Sul	945	0%	113.892	11%	26.833	3%	18.055	2%	159.725	15%
<b>Total</b>	<b>7.114</b>	<b>1%</b>	<b>469.989</b>	<b>46%</b>	<b>360.998</b>	<b>35%</b>	<b>193.228</b>	<b>19%</b>	<b>1.031.329</b>	<b>100%</b>

  

Bruto de Resseguro 31/12/2020										
Região	Auto-móveis/-RCF-V	%	Vida - Acidentes pessoais	%	Vida - Prestamista	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	20.058	3%	1.886	0%	4.311	1%	19.854	3%	46.109	6%
Nordeste	17.691	2%	1.407	0%	4.741	1%	17.395	2%	41.234	6%
Norte	3.545	0%	990	0%	41	0%	8.113	1%	12.689	2%
Sudeste	56.500	8%	101.096	14%	246.639	33%	159.662	22%	563.447	76%
Sul	31.028	4%	25.577	3%	7.858	1%	11.503	2%	75.966	10%
<b>Total</b>	<b>128.372</b>	<b>17%</b>	<b>130.956</b>	<b>18%</b>	<b>263.590</b>	<b>36%</b>	<b>216.527</b>	<b>29%</b>	<b>739.445</b>	<b>100%</b>

Líquido de Resseguro 31/12/2021										
Região	Auto-móveis/-RCF-V	%	Vida - Acidentes pessoais	%	Vida - Prestamista	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	20.045	4%	1.639	0%	4.311	1%	17.923	3%	43.918	8%
Nordeste	17.691	3%	1.407	0%	4.741	1%	17.395	3%	41.234	8%
Norte	3.545	1%	990	0%	41	0%	8.113	2%	12.689	2%
Sudeste	55.350	10%	19.914	4%	246.452	46%	53.453	10%	375.169	70%
Sul	31.014	6%	11.084	2%	7.858	1%	9.740	2%	59.696	11%
<b>Total</b>	<b>127.645</b>	<b>24%</b>	<b>35.034</b>	<b>7%</b>	<b>263.403</b>	<b>49%</b>	<b>106.624</b>	<b>20%</b>	<b>532.706</b>	<b>100%</b>

Líquido de Resseguro 31/12/2020										
Região	Auto-móveis/-RCF-V	%	Vida - Acidentes pessoais	%	Vida - Prestamista	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	281	0%	11.618	1%	4.893	1%	11.474	1%	28.266	3%
Nordeste	303	0%	27.925	3%	5.957	1%	11.646	1%	45.831	6%
Norte	63	0%	10.103	1%	68	0%	9.232	1%	15.157	2%
Sudeste	5.158	1%	222.244	27%	322.841	40%	51.802	6%	602.045	74%
Sul	889	0%	86.959	11%	26.800	3%	8.230	1%	122.878	15%
<b>Total</b>	<b>6.694</b>	<b>1%</b>	<b>358.849</b>	<b>44%</b>	<b>360.559</b>	<b>44%</b>	<b>88.075</b>	<b>11%</b>	<b>814.177</b>	<b>100%</b>

**4.1.1. Estratégia de subscrição**

A Seguradora tem todas as suas políticas de subscrição descritas em manuais técnico operacionais dos diversos produtos. Eles estabelecem os critérios de subscrição, de precificação, de enquadramento e classificação dos riscos e os chamados *guidelines*. Tais manuais, além de ser um instrumento de trabalho dos subscritores, estão disponíveis a qualquer funcionário da Seguradora no intranet, podendo ser consultado a qualquer momento por qualquer um. A *checklist* e uma série de requisitos são exigidos para a avaliação de cada tipo de risco, respeitando-se as características de cada um. Se requisitos importantes de qualificação e que possam permitir a melhor análise e classificação do risco não são atendidos, o risco deverá ser recusado.

Além das características intrínsecas ao risco que se quer segurar, são avaliadas as experiências pretéritas do risco e de seus gestores. A qualidade na gestão e proteção do risco e a situação econômico-financeira são também analisadas e assumem maior ou menor peso, de acordo com o tipo do risco, o segmento inserido e o montante a segurar.

A precificação é um importante requisito para uma correta subscrição, de modo a garantir o equilíbrio atuarial da Seguradora e que cumprirá todos os seus compromissos com os Segurados. Entretanto, a precificação, por si só, ainda que aparentemente adequada e atuarialmente sustentável, pode não ser suficiente para a garantia da saúde financeira da Seguradora. Neste contexto, a correta análise e diagnóstico do risco e sua adequada classificação, considerados os seus aspectos como o potencial de causar danos ou de ser consumido em decorrência de eventos futuros e incertos não são menos importantes.

**4.1.2. Estratégia de resseguro**

O processo de resseguro e suas diretrizes são definidos na política de resseguro do Grupo Generali, na qual constam: os riscos a ressegurar, critérios de elegibilidade dos resseguradores e grau de concentração. O objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital de risco cedendo parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas, minimizando, ao mesmo tempo, o risco de crédito associado a tal operação.

Visto que a segurança é um requisito de fundamental importância em qualquer transação de transferência de riscos, o risco de crédito da contraparte é um tópico chave de resseguro, havendo a determinação pelo uso de resseguradoras preferenciais, com as quais a Companhia mantém uma relação geral ampla e que possuem registros de desempenho satisfatório em termos de qualidade de serviços e pagamento de perdas. Esses resseguradores são constantemente reavaliados pela Administração da Companhia e pelos seus acionistas, sendo o seu *rating* considerado para que a Generali defina as capacidades de cada ressegurador por linha de negócio. Os contratos de resseguro sejam eles proporcionais, não proporcionais e/ou facultativos são revisados e renovados periodicamente de forma que a área de resseguro consiga avaliar o resultado do contrato e as possíveis alterações nos termos e condições com o objetivo de atender às necessidades de cada área de negócio, mas sempre mantendo a retenção da Seguradora em níveis autorizados pela Superintendência.

Os contratos facultativos são utilizados quando existe a necessidade de capacidade adicional ao contrato automático, de forma a obter uma participação na apólice original ou, riscos que são excluídos dos contratos. A colocação poderá ser feita diretamente com os resseguradores ou através de um corretor de resseguro, observadas as exigências legais e regulamentares.

**4.1.3. Gerenciamento de riscos por segmento de negócios**

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento, quais sejam: (a) análises de sensibilidade; (b) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (c) casamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, anualmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas.

Os principais segmentos de gestão de riscos de seguro estão estruturados entre os ramos de atuação da Seguradora, conforme descrito na Nota 23.

**4.2. Riscos de seguros gerais**

O risco de seguros gerais inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos eventos resultantes, sinistros imprevisíveis resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Os departamentos técnicos da Seguradora monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

Os departamentos técnicos desenvolvem mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos.

Visão geral das principais linhas do grupo de negócio:

**4.2.1. Seguros de pessoas**

A Seguradora opera com apólices coletivas destinadas, principalmente, a cobrir os empregados e dirigentes de empresas, sendo seu maior foco os grupos que possuem relação entre empregado e empregador. A Seguradora tem como alvos as pequenas e médias empresas, além do segmento de empresas multinacionais, aproveitando a rede mundial da Generali, conhecida mundialmente por *"Generali Employee Benefits (GEB)"* e de maneira oportuna com foco reduzido em pequenas e médias empresas.

Outras operações significativas no Ramo de Pessoas são as apólices coletivas, estipulada ou por representação de seguros prestamista, acidentes pessoais e proteção financeira destinadas aos clientes dos parceiros dos canais massificados, em operações tradicionalmente conhecidas como B2B2C.

As principais coberturas oferecidas são morte, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença, desemprego involuntário, incapacidade física temporária e pós-vida, seguro que garante a realização dos serviços funerários, sem a necessidade de desembolso por parte dos beneficiários do seguro. Produtos de alto valor agregado para os públicos alvo da companhia. Outros serviços de assistência e produtos de capitalização são ainda agregados ao seguro de pessoas de acordo com a opção do contratante.

**4.2.2. Seguro de automóvel**

Em outubro de 2019, a Administração da Companhia decidiu pela descontinuação da comercialização de apólices de frota, sendo que não existem mais riscos vigentes para essa carteira. Em maio de 2020, solidificando a estratégia comercial com foco nos seguros de vida empregado empregador e os seguros massificados, a Administração decidiu pela descontinuação da comercialização de seguro auto tradicional, sendo que neste ramo também não há mais riscos vigentes.

Dessa forma os ramos de Automóvel, Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) e Acidentes Pessoais Passageiros (APP) não permeiam a estratégia atual da companhia.

**4.2.3. Seguro de ramos elementares**

A Seguradora atua também nos ramos elementares com foco nos produtos Residencial, Empresarial, Riscos Nomeados, Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Administradores, Riscos Cibernéticos e Riscos de Engenharia.

**4.2.3.1. Multiriscos**

A Seguradora oferece um rol de produtos denominados Multiriscos, que obedecem a tarifas próprias, conforme o segmento de atuação de cada segurado. Dentro do conceito multiriscos, cada produto é composto de coberturas específicas, direcionadas para o atendimento das necessidades e proteção dos segurados, frente aos mais variados tipos de risco. Trata-se de uma cobertura básica (sendo uma conjugação de Incêndio/Queda de Raios/Explosão/Queda de Aeronaves), diversas outras coberturas adicionais que ficam a critério da contratação individual de cada cliente. Para básica estipula-se o Limite Máximo de Indenização (LMI), que corresponde ao valor máximo a ser indenizado para a reposição de seus bens em caso de ocorrência de sinistro, consequentemente o nível máximo de exposição da seguradora para cada risco. Além disso, há possibilidade de estabelecer franquias diferenciadas, que podem variar de acordo com cada cobertura e visam uma coparticipação do segurado nos prejuízos indenizáveis.

Riscos Nomeados e Operacionais: os Produtos Riscos Nomeados e Operacionais são distribuídos pelo segmento de "Global Corporate" da Generali, dedicado exclusivamente a



**Generali Brasil Seguros S.A.**

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57  
Sede Social - Av. Barão de Tefé, 34 - 16º andar  
Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20.220-460  
Tel.: (21) 2508 0100

**4.3. Risco financeiro**

Risco financeiro é a possibilidade de prejuízo em decorrência de transações financeiras e operações de investimentos, sejam os agentes pessoa física ou jurídica. Guiadas pelas diretrizes e políticas de gerenciamento de riscos do Grupo Generali, as áreas de Tesouraria e Investimentos atuam como primeira linha de defesa para mitigar os riscos potenciais e assegurar os ganhos. Em cumprimento às normas do Grupo, a área de Gerenciamento de Riscos atua como segundo nível de defesa contra os riscos financeiros.

**4.4. Risco de crédito**

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são:

- Ativos financeiros.
- Ativos de resseguro.
- Prêmios de seguros.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica.

**Exposições ao risco de crédito**

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos pela agência de risco *Fitch* e *Standard & Poor's (S&P)* para os saldos de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras e agências *AMBest*, *Moody's* e *S&P* para os saldos relacionados aos ativos de resseguro:

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AA+/AA-/A-	BBB+/BB-	Sem rating	31/12/2021
(bra)	(bra)	(bra)		
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Fundo fixo	-	-	6	6
Caixa Moeda Estrangeira	-	-	8	8
Bancos e outros	13.065	-	13.065	-
<b>Quotas de fundo de investimento exclusivo</b>				
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	360.576	-	360.576	-
<b>Quotas de fundos de investimento aberto</b>	3.585	-	3.585	-
<b>Títulos Públicos</b>				
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	46.093	-	46.093	-
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	62.048	-	62.048	-
Prêmios a receber de segurados	-	144.270	144.270	-
Operações com seguradoras	-	137	137	-
Outros créditos operacionais	-	23.242	23.242	-
Ativos de resseguro				
Local	2.203	-	2.203	-
Admitido	2.853	-	2.853	-
Eventual	77.917	-	77.917	-
<b>Total</b>	<b>82.973</b>	<b>485.367</b>	<b>167.663</b>	<b>736.003</b>

**Exposição máxima ao risco de crédito**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AA+/AA-/A-	BBB+/BB-	Sem rating	31/12/2020
(bra)	(bra)	(bra)		
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Fundo fixo	-	-	434	434
Caixa Moeda Estrangeira	-	-	8	8
Bancos	11.162	52	11.213	-
<b>Quotas de fundo de investimento exclusivo</b>				
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	-	293.868	293.868	-
<b>Quotas de fundos de investimento aberto</b>	-	11.889	11.889	-
<b>Títulos Públicos</b>				
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	-	49.629	49.629	-
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	-	63.088	63.088	-
Outras aplicações	-	-	-	-
Prêmios a receber de segurados	-	-	290.456	290.456
Ativos de resseguro				
Local	37.621	19.472	57.093	-
Admitido	7.262	-	7.262	-
Eventual	1.966	-	1.966	-
<b>Total</b>	<b>58.011</b>	<b>437.998</b>	<b>290.898</b>	<b>786.958</b>

**4.5. Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Seguradora tem políticas de liquidez do Grupo e também diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

**i) Gerenciamento de risco de liquidez**

O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pelo departamento Financeiro juntamente com a área de Gerenciamento de Riscos e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizada na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas (acordo de datas de pagamento a fornecedores, dentre outras) de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração, considerando as previsões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A sobra de caixa é transferida para a conta centralizadora que investe em aplicações com incidência de juros, depósito a prazo e fundos de títulos públicos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender às responsabilidades operacionais. De acordo com o órgão regulador e assumindo uma posição ainda mais conservadora, 95% da carteira da seguradora está aplicada em ativos de alta liquidez.

**ii) Exposição ao risco de liquidez**

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Os passivos financeiros da Seguradora, compostos, em sua totalidade, basicamente por provisões técnicas de seguros, possuem seus vencimentos alocados em um prazo levemente acima de 12 meses, alinhado com as características dos produtos comercializados pela Seguradora. Por este motivo, os instrumentos financeiros - aplicações financeiras, prêmios a receber e ativos de resseguro - são alocados na sua maioria com prazos similares de forma a minimizar riscos de liquidez.

Os passivos referentes as provisões técnicas, por regra SUSEP já estão sendo considerados a valor justo, sendo o saldo apresentado a melhor estimativa de desembolso financeiro.

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

	31/12/2021			
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>				
Aplicações financeiras a valor justo por meio de resultado	-	-	364.161	364.161
Aplicações financeiras disponíveis para venda	-	-	108.141	108.141
Caixa e bancos	13.079	-	-	13.079
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	250.621	82.173	332.794
Depósitos judiciais	-	-	21.675	21.675
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	-	414.514	-	414.514
Títulos e créditos a receber	-	4.855	22.353	27.208
Outros valores e bens	209	-	13.089	13.298
Depósitos compulsórios	-	6	-	6
<b>Total</b>	<b>13.288</b>	<b>669.996</b>	<b>611.592</b>	<b>1.294.876</b>
<b>Passivos, conforme balanço patrimonial</b>				
Obrigações a pagar	-	21.896	-	21.896
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	217.370	-	217.370
Depósitos de terceiros	-	12.496	-	12.496
Provisões técnicas	-	629.759	76.228	905.987
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.081.521</b>	<b>76.228</b>	<b>1.157.749</b>

	31/12/2020			
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>				
Aplicações financeiras a valor justo por meio de resultado	-	305.757	-	305.757
Aplicações financeiras disponíveis para venda	-	-	112.717	112.717
Caixa e bancos	11.648	-	-	11.648
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	382.037	83.065	465.102
Depósitos judiciais	-	-	21.430	21.430
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	-	358.315	-	358.315
Títulos e créditos a receber	-	4.213	22.067	26.280
Outros valores e bens	6.720	-	755	7.475
Depósitos compulsórios	-	41	-	41
<b>Total</b>	<b>18.368</b>	<b>1.050.363</b>	<b>240.034</b>	<b>1.308.766</b>
<b>Passivos, conforme balanço patrimonial</b>				
Obrigações a pagar	-	18.405	-	18.405
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	350.493	-	350.493
Depósitos de terceiros	-	31.637	-	31.637
Provisões técnicas	-	733.469	80.592	814.061
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.134.004</b>	<b>80.592</b>	<b>1.214.596</b>

**4.6. Risco de câmbio**

A Seguradora opera internacionalmente em operações do ramo responsabilidade civil internacional e operações de resseguro. A viabilização é feita através da conta em moeda estrangeira.

A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à moeda funcional. A área de Tesouraria administra as posições na conta em moeda estrangeira de forma a fazer frente às obrigações de médio prazo, evitando assim a exposição cambial local.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas, contabilmente, para a moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Eventuais ganhos ou perdas de conversão de saldos, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado.

A Companhia mantém uma conta corrente em moeda estrangeira (*Multi Currency*) administrada pelo Santander, com objetivo de mitigar oscilações cambiais em despesas recorrentes e otimização operacional destas transações.

**4.7. Risco de mercado**

**i) Gerenciamento de risco de mercado**

O risco de mercado se refere à possibilidade de perda decorrente de oscilação de preços de *commodities*, *taxas de juros* e *câmbio*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras de ativo e passivo. Isso significa que o risco varia de acordo com as condições do mercado a que determinado investimento pode estar exposto.

**ii) Controle do risco de mercado**

O risco de mercado é controlado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, gerando embasamento para as decisões estratégicas com agilidade e confiança. Dessa forma, permite uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

É feita a cogestão do fundo exclusivo para garantir o enquadramento do investimento que busca atender aos quesitos de liquidez, segurança e rentabilidade. O controle do risco de mercado é acompanhado pela Área Financeira através da cogestão da política de investimento a ser cumprida pelo gestor de recursos, garantindo a otimização dos resultados, avaliando os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, os limites de *Value at Risk* (VaR) e a liquidez.

Os ativos estão vinculados às Reservas Técnicas e totalmente alinhados com as leis estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Além disso, as aplicações financeiras oferecidas em garantia das Reservas Técnicas da Seguradora estão registradas na B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão, sob a custódia do Banco Santander. O custo de oportunidade utilizado pela Seguradora para avaliar os investimentos é a taxa referencial de juros do mercado. Com base em análises de cenários, a Seguradora define mudanças razoáveis nas taxas de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

**Teste de sensibilidade**

Para efeito de testes de sensibilidade, como apresentados no quadro abaixo, foram utilizadas as premissas de 25% de aumento e de redução aplicados ao custo de oportunidade dos ativos financeiros dentro dos fundos de investimento - taxa de juros do mercado:

Variáveis	Premissas	Resultado após aumento/redução R\$	Efeito no Resultado %	Efeito no PL %
CDI	Aumento de 25%	(47.273)	6,3%	0,6%
CDI	Redução de 25%	(55.221)	(9,5%)	(1%)

Além dos ativos alocados em fundos de investimento, a Generali possui títulos públicos fora dos fundos e por esse motivo está exposta ao risco de variação dos preços desses ativos a valor de mercado.

**4.8. Risco operacional**

**i) Gerenciamento de risco operacional**

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraude ou eventos externos, incluindo risco legal e excluindo riscos de crédito, mercado e liquidez, bem como os riscos decorrentes de decisões estratégicas e de reputação. A avaliação do Risco Operacional é realizada através de autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, onde os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto.

**ii) Controle do risco operacional**

Periodicamente é realizada uma autoavaliação prospectiva que visa estimar a evolução da exposição aos riscos operacionais e de *compliance* em um determinado horizonte de tempo. Este exercício apoia a antecipação de potenciais ameaças, a alocação eficiente de recursos e a condução de projetos estratégicos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída a cada área de negócio, sendo o mapa de riscos atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

**5. Aplicações financeiras**

Os ativos financeiros são aplicados no mercado conforme as premissas de liquidez/concentração estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em linha com a definição de risco da Generali e carregados a valor justo segundo os critérios abaixo:

- Preços cotados em mercados para ativos idênticos.
- O valor de mercado de títulos públicos foi baseado no "preço unitário de mercado - PU" informado pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas de balanço e com base no "PU 550 da SELIC", divulgado diariamente pelo BACEN.
- As quotas dos fundos de investimento são baseadas nas informações transferidas pelo administrador do fundo para o agente custodiante na B3 S.A., nas datas do balanço.
- Os títulos privados são precificados segundo o "PU" divulgado pelo emissor do papel, na data do balanço.

**5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento**

	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total de aplicações a valor justo		Taxas contratadas
				%	Total de aplicações a valor de curva	
<b>I - Títulos para negociação</b>						
Fundo de investimento exclusivo	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	360.576	-	-	360.576	76	SELIC
Quotas de fundos de investimentos abertos	3.585	-	-	3.585	1	-
<b>II - Títulos disponíveis para venda</b>						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	46.093	46.093	10	IPCA
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	62.048	62.048	13	Prefixado 6,28 a 9,65 a.a.
<b>Total</b>	<b>364.161</b>	<b>-</b>	<b>108.141</b>	<b>472.302</b>	<b>100</b>	<b>484.902</b>

	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total de aplicações a valor justo		Taxas contratadas
				%	Total de aplicações a valor de curva	
<b>I - Títulos para negociação</b>						
Fundo de investimento exclusivo	-	-	293.867	293.867	70	SELIC
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	293.867	293.867	3	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	11.889	-	-	11.889	3	-
<b>II - Títulos disponíveis para venda</b>						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	49.629	49.629	12	IPCA
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	63.089	63.089	15	Prefixado: 6,28 a 9,65% a.a.
<b>Total</b>	<b>11.889</b>	<b>-</b>	<b>406.585</b>	<b>418.474</b>	<b>100</b>	<b>413.485</b>

**5.1. Movimentação das aplicações financeiras**

	31/12/2020	Aplicações	Resgates	Ajuste mercado	Rendimento	31/12/2021
Fundo de investimento exclusivo						
Letras financeiras do tesouro - LFT	293.868	842.277	(791.841)	-	16.273	360.577
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	49.629	-	(2.371)	(7.643)	6.478	46.093
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	63.088	9.895	(5.480)	(9.946)	4.491	62.048
Quotas de fundos de investimentos abertos	11.889	4.800	(13.322)	-	218	3.585
<b>Total</b>	<b>418.474</b>	<b>856.972</b>	<b>(813.014)</b>	<b>(17.589)</b>	<b>27.460</b>	<b>472.303</b>

	31/12/2019	Aplicações	Resgates	Ajuste mercado	Rendimento	31/12/2020
Fundo de investimento exclusivo						
Letras financeiras do tesouro - LFT	215.529	642.760	(570.688)	-	6.267	293.868
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	36.940	10.691	(2.220)	821	3.397	49.629
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	47.137	50.724	(39.396)	(2.887)	7.510	63.088
Quotas de fundos de investimentos abertos	64.087	2.230	(55.252)	-	824	11.889



**Generali Brasil Seguros S.A.**

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57  
Sede Social - Av. Barão de Tefé, 34 - 16º andar  
Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20.220-460  
Tel.: (21) 2508 0100

**8. Outros valores e bens**

	31/12/2021			31/12/2020			
	Valor	Redução ao valor recuperável	Depreciação	Valor Líquido	Valor	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
Salvados (i)	4.510	(4.343)	-	167	10.497	(3.136)	7.361
Direito de uso de imóveis (ii)	17.795	-	(4.706)	13.089	-	-	13.089
Almoxarifado	42	-	42	-	114	-	114
	<b>22.347</b>	<b>(4.343)</b>	<b>(4.706)</b>	<b>13.298</b>	<b>10.611</b>	<b>(3.136)</b>	<b>7.475</b>

**Outros valores e bens**

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	209	6.720
Não circulante	13.089	755
	<b>13.298</b>	<b>7.475</b>

(i) Salvados relacionados somente ao ramo de automóveis.

(ii) Refere-se ao registro dos imóveis de arrendamento conforme CPC 06(R2) e IFRS16. Foram reconhecidos ativos e passivos de arrendamento de direito de uso para registro dos contratos de aluguéis da Cia.

**8.1. Salvados**

	31/12/2021	31/12/2020
De 1 a 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	44
De 61 a 180 dias	-	1.641
De 181 a 365 dias	198	3.385
Superior a 365 dias	4.312	5.427
	<b>4.510</b>	<b>10.497</b>

Abaixo segue a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de salvados:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.253
Constituições	1.331
Reversões	(448)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.136
Constituições	2.666
Reversões	(1.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>4.343</b>

**9. Despesas antecipadas**

	31/12/2021	31/12/2020
Acordo de mídia Tim	578	766
Taxa de fiscalização SUSEP	953	797
Acordo BSF gestão em Saúde (i)	15.925	24.480
Acordo Brbíz (ii)	6.417	9.190
Despesas antecipadas com parcerias (iii)	1.546	3.125
Outras despesas antecipadas	303	435
	<b>25.722</b>	<b>38.793</b>

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	1.618	14.546
Não circulante	24.105	24.247
	<b>25.722</b>	<b>38.793</b>

(i) No primeiro semestre de 2019 foi firmada parceria operacional com a BSF Gestão em Saúde para a intermediação no fornecimento de medicamentos aos segurados da Generali oriundos do BMG de forma exclusiva. No primeiro semestre de 2020 esta parceria foi ampliada com encerramento do contrato anterior e assinatura de um novo contrato com vigência de 20 anos. A Generali assumiu a obrigação pela aquisição dos planos de benefícios no valor de R\$ 29.400, deste saldo, foi utilizado o crédito não consumido de R\$ 8.400 referente ao contrato inicial para compensação do valor a pagar, adicionadas a 6 parcelas de R\$1.750 que foram pagas ao longo do ano de 2020 e uma parcela final de R\$10.500 em março de 2021. O plano de benefícios é diferido de acordo com a utilização e possui prazo contratual estipulado para utilização de 42 meses. Em adição, este contrato prevê a opção de compra para aquisição de 51% do capital social da BSF Gestão em Saúde, exercível em qualquer momento durante os primeiros 60 meses da vigência do presente acordo.

(ii) No segundo semestre de 2020 foi firmado contrato de parceria com a BRBiz Tecnologia da Informação e Sistemas Ltda. para prestação de serviços de proteção digital que oferece monitoramento contínuo, rastreamento, segurança e proteção de dados pessoais e financeiros com vigência até junho de 2024. O valor total acordado foi de R\$10.233, pela aquisição de 100 milhões de chaves de ativação, foi totalmente pago em fevereiro de 2021. O saldo diferido até 31 de dezembro de 2021 foi 3.741, restando 6.417 a diferir conforme a utilização.

(iii) A Companhia também possui diversas iniciativas junto aos parceiros comerciais para otimização, melhoria de processos e aumento de vendas, totalizando sob a rubrica de "Despesas Antecipadas com Parcerias" em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 1.546, tendo como principais aportes: R\$900 para a Rastrecall e R\$552 para o Novo Mundo.

**10. Custos de aquisição diferidos**

	31/12/2020	Constituições	Diferimento/ cancelamento	31/12/2021
Comissão				
Automóveis/RCF-V	1.088	34	(1.122)	-
Vida/acidentes pessoais	6.336	164.270	(148.632)	21.974
Prestamista	69.681	137.686	(139.634)	67.733
Demais	35.110	14.206	(6.122)	43.194
	<b>112.215</b>	<b>316.196</b>	<b>(295.510)</b>	<b>132.901</b>

	31/12/2019	Constituições	Diferimento/ cancelamento	31/12/2020
Comissão				
Automóveis/RCF-V	20.456	6.946	(26.314)	1.088
Vida/acidentes pessoais	6.176	82.485	(82.325)	6.336
Prestamista	36.448	129.899	(96.666)	69.681
Demais	24.018	8.859	2.233	35.110
	<b>87.098</b>	<b>228.189</b>	<b>(203.072)</b>	<b>112.215</b>

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	118.166	97.913
Não circulante	14.734	14.302
	<b>132.901</b>	<b>112.215</b>

**11. Outros créditos operacionais**

	31/12/2021	31/12/2020
Restituição parcial up front BMG (ii)	82.740	84.274
Restituição up front TEM (iii)	5.639	7.010
Outros	16.359	14.136
	<b>104.738</b>	<b>105.420</b>

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	23.242	22.993
Não circulante	81.496	82.427
	<b>104.738</b>	<b>105.420</b>

(i) Os créditos com parceiros referem-se a parcerias firmadas tendo como objeto a recuperação de custos com investimento efetuado pela Generali para uso exclusivo dos canais de distribuição do Banco BMG.

(ii) O crédito relativo à parceria com o Banco BMG refere-se ao reembolso de 40%, corrigidos monetariamente, do valor aportado inicialmente a título de up front, recuperado na apuração do profit share que será abatido aos pagamentos do BMG conforme aditivo contratual. Para maiores detalhes, vide Nota 14.

(iii) O crédito relativo à parceria com o Banco TEM refere-se ao reembolso de 100% do valor aportado inicialmente a título de "Up front", corrigido pelo equivalente a 200% do CDI, em função do distrato contratual, conforme mencionado na Nota 14. Em dezembro de 2021, foi realizado um aditivo ao distrato para devolução do saldo residual, corrigido monetariamente, em 37 parcelas mensais e consecutivas.

**12. Créditos tributários e previdenciários**

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a compensar	653	963
CSLL a compensar	246	375
PIS/COFINS a recuperar	1.360	1.358
Demais tributos	420	420
	<b>2.679</b>	<b>3.116</b>

**13. Imobilizado**

	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2021
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	1.497	174	-	(510)	1.161
Móveis, máquinas e utensílios	1.323	-	(8)	(266)	1.049
Benefitória em imóvel de terceiros	6.091	-	(137)	(1.452)	4.502
Outras imobilizações	17	-	-	-	17
	<b>8.928</b>	<b>174</b>	<b>(145)</b>	<b>(2.228)</b>	<b>6.729</b>

	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2020
Terrenos	111	-	(111)	-	-
Edificações	58	-	(56)	(2)	-
Equipamentos de informática	1.775	242	(34)	(486)	1.497
Móveis, máquinas e utensílios	1.512	117	(34)	(272)	1.323
Benefitória em imóvel de terceiros	4.143	3.051	(18)	(1.085)	6.091
Outras imobilizações	17	-	-	-	17
	<b>7.616</b>	<b>3.410</b>	<b>(253)</b>	<b>(1.845)</b>	<b>8.928</b>

(i) Em novembro de 2020 foram leiloadas as 6 (seis) vagas de garagem de propriedade da Generali, situadas na Rua do Carmo nº 55, Centro, Rio de Janeiro. As vagas se encontravam registradas como terrenos.

**14. Intangível**

	Amortização anual	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Baixas/ Impairment	Amortização	31/12/2021
Sistemas de Informação	20%	35.303	22.747	(55)	(8.054)	49.941
Direito de uso canais de distribuição do BMG (i)	4,5%	90.060	-	-	(5.003)	85.057
Direito de uso canais de distribuição da TIM (ii)	12,5%	11.195	-	(5.079)	(2.357)	3.759
Direito exclusivo de estipulação Unívda (iii)	10%	4.400	-	-	(600)	3.800
Direito de uso canais de distribuição LASA (iv)	20%	8.390	-	(5.993)	(2.397)	-
Direito de uso canais de distribuição Novo Mundo (v)	7%	88.333	-	(1.178)	(5.000)	82.155
Direito de uso canais de distribuição Banco Pine (vi)	8%	20.811	-	(19.804)	(1.007)	-
Direito de uso canais de distribuição Xis (vii)	17%	11.806	-	(9.722)	(2.084)	-
Direito de uso canais de distribuição Agibank (viii)	20%	-	-	-	-	-
		<b>270.298</b>	<b>22.747</b>	<b>(41.831)</b>	<b>(26.502)</b>	<b>224.712</b>

	Amortização anual	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas/ Impairment	Amortização	31/12/2020
Sistemas de Informação	20%	36.924	22.669	(15.722)	(8.569)	35.303
Direito de uso canais de distribuição do BMG (i)	4,5%	95.063	-	-	(5.003)	90.060
Direito de uso canais de distribuição da TIM (ii)	12,5%	18.719	-	(4.269)	(3.255)	11.195
Direito exclusivo de estipulação Unívda (iii)	10%	5.000	-	-	(600)	4.400
Direito de uso canais de distribuição LASA (iv)	20%	11.266	-	-	(2.876)	8.390
Direito de uso canais de distribuição Novo Mundo (v)	7%	92.889	-	-	(4.556)	88.333
Direito de uso canais de distribuição Banco Pine (vi)	8%	22.825	-	-	(2.014)	20.811
Direito de uso canais de distribuição Xis (vii)	17%	12.500	-	-	(694)	11.806
Direito de uso canais de distribuição Agibank (viii)	20%	-	50.000	(50.000)	-	-
		<b>295.186</b>	<b>72.669</b>	<b>(69.991)</b>	<b>(27.567)</b>	<b>270.298</b>

(i) O direito de uso dos canais de distribuição do BMG refere-se à exclusividade nos seus canais de distribuição para a venda de seguros massificados oferecidos pela Generali a partir de 2017. Principal foco está relacionado aos clientes do BMG pelos aposentados, pensionistas e funcionários públicos. O contrato inicial previa um prazo de vinte anos e o canal de distribuição composto pelas agências bancárias do BMG, além de três mil correspondentes e a rede de franquias Help! Loja de crédito. O valor pago pela aquisição do direito de uso destes canais foi de R\$163.922 em 30 de setembro de 2016, sendo a correspondente amortização iniciada a partir de janeiro de 2017 com base no início das emissões e no fluxo projetado da produção ao longo do prazo do contrato. Em 29 de novembro de 2019, foi celebrado um aditivo contratual, adicionando mais 2 anos ao contrato, além de ter sido acordado a devolução de 40% do valor pago pela Generali de forma antecipada, corrigido monetariamente desde o início do contrato até a data da assinatura do aditivo, perfazendo um montante R\$ 83.625 que foi reconhecido na rubrica "Outros créditos", no ativo não circulante e apresentado na Nota 11, que serão pagos ao longo dos 20 anos de contrato. A partir de dezembro de 2019 a amortização passou a ser realizada de forma linear pelo prazo do contrato, uma vez que não há métricas de emissão de apólices para este contrato. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ativo, concluindo que não há indicativos de impairment.

(ii) Refere-se ao direito de exclusividade no uso dos canais de distribuição da TIM para comercialização dos produtos Generali. Tal parceria foi firmada em 2017 mediante o pagamento de R\$31.500 realizado pela Generali a título de Up Front. A amortização teve início em janeiro de 2018 devido à entrada em produção e é amortizado de forma linear ao longo do prazo contratual. A Companhia avalia periodicamente a necessidade de ajuste ao valor recuperável de seus ativos e verificou a necessidade de ajuste de R\$ 4.015 no exercício de 2019 e de R\$4.269 no exercício de 2020. Em dezembro de 2021 após nova avaliação de recuperabilidade do ativo, identificou-se a necessidade de novo ajuste para impairment, com o acréscimo de ajuste no valor de R\$2.877, totalizando em 31 de dezembro de 2021 o saldo total de impairment de R\$11.161.

(iii) Refere-se a parceria firmada com a Unívda Seguros de Pessoas que tem como finalidade a estipulação de seguros de vida, com prazo contratual de dez anos. O valor total pago pela Generali foi de R\$6.000, sendo R\$3.500 pago em 2018 e seu saldo remanescente (R\$2.500) pago em 2019. Desta operação foi firmado contrato de cota parte com cessão de 70% à Mapire Re do Brasil (R\$4.200). O ativo é amortizado linearmente de acordo com o prazo contratual e devido a cessão de 70% desta operação à Mapire é diferida a recuperação de custos de 70% do valor amortizado também de forma linear conforme prazo contratual.

(iv) Refere-se ao direito de exclusividade no uso dos canais de distribuição da LASA (Lojas Americanas), pelas lojas físicas e internet para comercialização dos produtos Generali O pagamento total efetuado pela Generali, de acordo com as condições contratuais foi de R\$16.000, sendo R\$ 4.000 no exercício de 2019 e R\$12.000 no segundo semestre de 2020. A amortização teve início em dezembro de 2018 devido à entrada em produção sendo amortizado pelo método linear conforme prazo estipulado no contrato. Em novembro de 2021 as partes decidiram encerrar a parceria, o saldo residual do Up front de R\$5.993 foi baixado e em contrapartida a LASA devolveu R\$10.500 em 29 de novembro de 2021.

(v) Refere-se ao direito de uso dos canais de distribuição do Novo Mundo para distribuição de forma exclusiva dos seguros Generali em seus canais de distribuição. De acordo com as condições contratuais, foi realizado um pagamento antecipado no valor de R\$95.000 em junho de 2019, com prazo de vigência de quinze anos. A amortização é realizada de forma linear de acordo com o prazo contratual e teve início em setembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2021, após teste de recuperabilidade de ativos a Cia identificou a necessidade de impairment no valor de R\$1.178, sendo reconhecido o resultado do exercício.

(vi) Refere-se ao direito de uso dos canais de distribuição do Banco Pine para distribuição de forma exclusiva dos seguros Generali em seus canais de distribuição. De acordo com as condições contratuais, foi realizado um pagamento antecipado no valor de R\$24.000 em maio de 2019, com prazo de vigência de doze anos. A amortização teve início em junho de 2019, sendo realizada de forma linear de acordo com o prazo contratual. Em agosto de 2021 a Generali celebrou contrato com a Ezze Seguros S.A. cedendo o direito de uso do Up front e encerrando todas as obrigações contratuais. Em contrapartida a cessão a Generali recebeu em 16 de agosto de 2021 o valor de R\$24.400 e o saldo residual do Up Front no valor de R\$19.804 foi totalmente baixado.

(vii) Refere-se ao direito de uso dos canais de distribuição da Xis Internet para distribuição de forma exclusiva dos seguros Generali em seus canais de distribuição. De acordo com as condições contratuais, foi realizado um pagamento antecipado no valor de R\$12.500 em dezembro de 2019, com prazo de vigência atrelado ao atingimento de metas definidas no contrato, com uma estimativa de seis anos. Tendo a amortização realizada de forma linear de acordo com o prazo contratual. Em 31 de dezembro de 2021, após teste de recuperabilidade de ativos a Cia identificou a necessidade de impairment de 100% de seu valor residual, sendo reconhecido o valor de R\$9.722 no resultado do exercício.

(viii) Refere-se ao direito de uso dos canais de distribuição do Banco Agibank para distribuição de forma exclusiva dos seguros Generali para os clientes do Banco. De acordo com as condições contratuais, foi realizado um pagamento antecipado no valor de R\$50.000 em março de 2020, com prazo de vigência de cinco anos. A amortização é realizada de forma linear de acordo com o prazo contratual e teve início em maio de 2020. Em 30 de junho de 2020, após reavaliação das condições comerciais e distrato do contrato original, o valor de R\$ 50.000 foi registrado no grupo "Outros créditos operacionais", corrigido por índice definido em contrato, tendo sido efetivamente pago pela Agibank em 20 de julho de 2020.

(ix) O direito de uso dos canais de distribuição da TEM se referia à exclusividade nos seus canais de distribuição para a venda de seguros massificados oferecidos pela Generali. O valor pago pela aquisição do direito de uso destes canais foi de R\$9.750, porém em novembro de 2019 as partes optaram por não continuar com a operação, e por força do distrato, o valor aportado inicialmente será devolvido integralmente a Generali com correção monetária.

**15. Obrigações a pagar**

	31/12/2021	31/12/2020
Participação nos lucros a pagar	6.103	1.000
Assistência 24 horas	139	92
Fornecedores	7.758	5.722
Royalties	7.892	6.918
Aluguel a pagar (i)	4	4.668
Outras contas a pagar	5	5
	<b>21.896</b>	<b>18.405</b>

(i) No exercício de 2021, para adequação ao IFRS 16, foi baixado o saldo de aluguéis a pagar e realocado para rubrica de passivos de arrendamentos.

**16. Depósitos de terceiros**

	31/12/2021	31/12/2020
Composição do depósito de terceiro das operações com seguros		
Aging de valores recebidos pendente		
De 1 a 30 dias	6.475	7.039
De 31 a 60 dias	353	7.529
De 61 a 120 dias	687	2.058
De 121 a 180 dias	794	1.809
Superior a 181 dias	4.187	13.202
	<b>12.496</b>	<b>31.637</b>

**17. Provisões para contingências e depósitos judiciais**

	31/12/2021				Contingências fiscais 31/12/2020			
	Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado depositado	Valor
Provável	12	2.773	2.773	790	6	481	481	-
Possível								



**Generali Brasil Seguros S.A.**

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57  
Sede Social - Av. Barão de Tefé, 34 - 16º andar  
Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20.220-460  
Tel.: (21) 2508 0100

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Total</b>						
Provisões complementares de cobertura	3.699	10.764	(1.455)	(5.424)	2.244	5.340
Provisões de prêmios não ganhos	376.648	360.368	(100.385)	(97.384)	276.263	262.984
Sinistros a liquidar - Administrativos	196.190	202.789	(153.583)	(146.822)	42.607	55.967
Sinistros a liquidar - Judiciais	225.597	153.718	(117.830)	(72.273)	107.767	81.445
Sinistros ocorridos e não avisados	103.852	86.422	(41.261)	(36.412)	62.591	50.009
<b>Total</b>	<b>905.986</b>	<b>814.061</b>	<b>(414.514)</b>	<b>(358.315)</b>	<b>491.472</b>	<b>455.745</b>

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	829.758	733.469
Não circulante	76.228	80.592
<b>Total</b>	<b>905.986</b>	<b>814.061</b>

**18.2. Movimentação das provisões técnicas**

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 31 de dezembro de 2020	814.060	358.315
Variação de PPNG	16.279	(3.001)
Sinistros avisados/ajustados	513.542	(229.076)
Correção monetária e juros de sinistros	(30.284)	20.731
Pagamentos e recebimentos	(417.978)	268.425
Variação IBNR	17.432	(4.849)
Variação PCC	(7.065)	3.969
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<b>905.986</b>	<b>414.514</b>

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019	682.048	260.713
Variação de PPNG	53.123	(48.134)
Sinistros avisados/ajustados	443.369	(177.498)
Correção monetária e juros de sinistros	(7.503)	3.997
Pagamentos e recebimentos	(297.843)	326.185
Variação IBNR	(62.118)	(1.524)
Variação PCC	3.907	(5.424)
Variação outras provisões	(922)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<b>814.061</b>	<b>358.315</b>

**19. Garantias das provisões técnicas**

O Banco Central do Brasil (BACEN) através da Resolução nº 3.308, de 31 de agosto de 2005, com suas alterações posteriores, e a SUSEP através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, com suas alterações posteriores, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas - seguros	905.986	814.061
Exclusões		
Provisões técnicas - resseguros	(351.011)	(262.424)
Direitos creditórios	(79.782)	(109.597)
Custos de aquisição diferidos redutores	(52.252)	(58.168)
Depósitos judiciais redutores	(335)	(218)
Total das exclusões	(483.380)	(430.407)
Provisões técnicas para cobertura	422.606	383.653
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Quotas de fundos de investimento	360.895	305.039
Títulos públicos	108.141	112.717
Total das garantias das provisões técnicas	<b>469.036</b>	<b>417.756</b>
Suficiência	<b>46.430</b>	<b>34.103</b>

**20. Desenvolvimento de sinistros**

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Estão sendo desconsiderados da análise abaixo os sinistros avisados e pagos no mesmo ano, uma vez que não há incerteza sobre o montante e tempestividade da indenização, conforme CPC11 - Contrato de Seguros, parágrafo 39, alínea c (iii).

**20.1. Sinistros brutos de resseguro**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	560.316	335.152	354.585	388.252	341.803	442.949	2.423.057
Um ano após o aviso	486.233	339.844	360.107	402.131	358.444	-	1.946.759
Dois anos após o aviso	413.663	346.063	360.975	417.774	-	-	1.538.475
Três anos após o aviso	383.308	357.289	363.602	-	-	-	1.104.199
Quatro anos após o aviso	386.209	370.056	-	-	-	-	756.265
Cinco anos após o aviso	405.875	-	-	-	-	-	405.875
Estimativa dos sinistros	405.875	370.056	363.602	417.774	358.444	442.949	2.358.700
Pagamentos de sinistros efetuados	316.151	336.229	333.095	386.000	308.878	329.194	2.009.547
Sinistros pendentes	89.724	33.827	30.507	31.774	49.566	113.755	349.153
Salvados	-	-	-	-	-	-	(139)
Outros IBNER	-	-	-	-	-	-	72.773
Sinistros pendentes contábil	-	-	-	-	-	-	421.787
IBNR	-	-	-	-	-	-	103.852
Reserva de sinistros ocorridos	-	-	-	-	-	-	525.639

**20.2. Sinistros líquidos de resseguro**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	317.902	227.440	241.074	246.486	193.360	213.899	1.440.161
Um ano após o aviso	228.219	158.768	181.494	150.310	119.997	-	838.788
Dois anos após o aviso	177.750	152.914	175.247	165.376	-	-	671.287
Três anos após o aviso	164.861	159.744	186.275	-	-	-	510.880
Quatro anos após o aviso	173.943	161.647	-	-	-	-	335.590
Cinco anos após o aviso	172.496	-	-	-	-	-	172.496
Estimativa dos sinistros	172.496	161.647	186.275	165.376	119.997	213.899	1.019.690
Pagamentos de sinistros efetuados	142.815	151.775	176.184	161.617	112.062	159.828	904.281
Sinistros pendentes	29.681	9.872	10.091	3.759	7.935	54.071	115.408
Salvados	-	-	-	-	-	-	(139)
Outros IBNER	-	-	-	-	-	-	35.104
Sinistros pendentes contábil	-	-	-	-	-	-	150.374
IBNR	-	-	-	-	-	-	62.591
Reserva de sinistros ocorridos	-	-	-	-	-	-	212.965

**21. Provisão de sinistros a liquidar**

**21.1. Movimentação de sinistros a liquidar**

	31/12/2021		31/12/2020	
	Bruto de resseguro	Resseguro	Bruto de resseguro	Resseguro
Em 1º de janeiro	356.508	(219.095)	310.609	(176.575)
Constituições/reestimativas	513.542	(229.076)	443.369	(177.498)
Liquidações	(417.979)	156.027	(389.968)	130.981
Atualizações	(30.284)	20.731	(7.503)	3.997
	<b>421.787</b>	<b>(271.413)</b>	<b>356.507</b>	<b>(219.095)</b>

**21.2. Aging de sinistros a liquidar**

	31/12/2021		31/12/2020	
	Bruto de resseguro	Resseguro	Bruto de resseguro	Resseguro
De 0 a 30 dias	30.223	(11.578)	18.645	-
De 31 a 60 dias	19.544	(11.284)	8.260	-
De 61 a 365 dias	86.151	(57.752)	28.399	-
Acima de 365 dias	285.869	(190.799)	95.070	-
	<b>421.787</b>	<b>(271.413)</b>	<b>150.374</b>	<b>-</b>

**22. Patrimônio líquido**

**22.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia se encontra totalmente integralizado pelo valor de R\$1.637.819 (R\$1.563.401 em 31 de dezembro de 2020), representado por 5.504.284 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (4.661.665 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2020), detidas integralmente por acionistas domiciliados no exterior.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$49.418, com a emissão de 566.739 novas ações, elevando-se o capital social de R\$1.588.401 para R\$1.637.819, representado por 5.504.284 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 410, publicada no Diário Oficial da União em 27 de setembro de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2021, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$25.000, com a emissão de 275.880 novas ações, elevando-se o capital social de R\$1.563.401 para R\$1.588.401, representado por 4.937.544 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 145, publicada no Diário Oficial da União em 11 de maio de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2020, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$50.000, com a emissão de 432.075 novas ações, elevando-se o capital social de R\$1.513.401 para R\$1.563.401, representado por 4.661.665 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 374, publicada no Diário Oficial da União em 02 de julho de 2020.

	31/12/2021	31/12/2020
Numerador		
Prejuízo do exercício	(56.866)	(125.093)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada das ações em circulação	5.504.284	4.661.665
Prejuízo por ação em R\$	(10,33)	(27,38)

**22.2. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), margem de solvência e exigência de capital**

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	430.620	433.186
Despesas antecipadas	(25.721)	(38.792)
Obras de arte	(43)	(43)
Intangível	(224.712)	(270.298)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG (-)	(18.777)	-
Acréscimo do menor valor entre 15% do CMR e 50% dos ativos intangíveis referentes a contratos de ponto de venda (i)	-	-
PLA nível I	161.367	140.295
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	15.957	-
PLA nível II	15.957	-
PLA nível III	-	-
Patrimônio líquido ajustado - PLA (ii)	177.324	140.295
Capital base - CB (a)	15.000	15.000
Capital - risco de subscrição	115.551	88.671
Capital - risco de crédito	22.209	21.977
Capital - risco operacional	4.177	3.142
Capital - risco de mercado	6.178	11.391
Benefício da diversificação	(14.033)	(16.900)
Capital adicional de risco - CR (b)	134.082	108.281
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	134.082	108.281
Patrimônio líquido ajustado	177.324	140.295

	31/12/2021	31/12/2020
(-) Exigência de capital - EC	134.082	108.281
Suficiência de capital - R\$	43.242	32.014
Suficiência de capital - % da EC	132,3%	129,6%
Ativos garantidores aceitos	469.037	417.756
Provisões técnicas	422.606	383.654
Índice de cobertura das provisões técnicas	11%	9%

(i) Em 07 de janeiro de 2022 a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, emitiu novo manual de orientações para elaboração do PLA no FIP/SUSEP, retirando dos acréscimos permitidos ao PLA, os 15% CMR relativos à intangibilidade de pontos de venda.

Em 02 de julho de 2021 foi publicada a Resolução CNSP nº 412, um aditivo à Resolução CNSP nº 321 de 2015, que define as regras para cálculo do PLA. O aditivo altera o cálculo do PLA, dividindo-o em 3 níveis e com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343, de 26 de dezembro de 2016, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre o capital-base e o capital de risco.

(ii) PLA calculado pela soma do PLA de nível I, do PLA de nível II e do PLA de nível III, e em dezembro de 2021 encontram-se adequados aos limites definidos pelo órgão regulador.

**23. Ramos de atuação da seguradora**

Os principais ramos de atuação da Seguradora, os prêmios ganhos, os índices de sinistralidade e os índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade %	Custo de aquisição	Índice - % comissionamento
Em 31 de dezembro de 2021					
Automóveis/RCF-V	7.114	(39.217)	551	(1.129)	16
Vida - Acidentes pessoais	469.989	(281.424)	60	(173.891)	37
Vida - Prestamista	360.997	(163.262)	45	(141.729)	39
Demais	193.229	(29.639)	15	(46.892)	24
	<b>1.031.329</b>	<b>(513.542)</b>	<b>50</b>	<b>(363.641)</b>	<b>35</b>
Em 31 de dezembro de 2020					
Automóveis/RCF-V	128.372	(129.894)	101	(24.541)	19
Vida - Acidentes pessoais	216.527	(178.058)	82	(69.564)	32
Vida - Prestamista	263.591	(75.855)	29	(111.434)	42
Demais	130.956	(59.562)	45	(33.270)	25
	<b>739.446</b>	<b>(443.369)</b>	<b>60</b>	<b>(238.809)</b>	<b>32</b>

**24. Imposto de renda e contribuição social**

A Seguradora não apurou imposto de renda e contribuição social nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 em virtude de prejuízos tributários recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora possui um saldo acumulado de prejuízos fiscais no montante de R\$1.123.936 (R\$1.101.776 em 31 de dezembro de 2020) e base negativa de contribuição social no montante de R\$1.131.729 (R\$1.108.805 em 31 de dezembro de 2020). Não foram constituídos créditos tributários diferidos sobre esse saldo acumulado, bem como sobre as adições temporárias, em decorrência do histórico de prejuízos da Seguradora, em consonância com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações.

**25. Remuneração baseada em ações**

Alguns executivos da Companhia participam do plano multiannual, aprovado pela Assicurazioni Generali de distribuição de suas ações ordinárias, sujeitas à aprovação da assembleia de acionistas do Grupo. O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Generali, que fizeram jus às opções da Assicurazioni Generali, está registrado no patrimônio líquido da Seguradora como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 5.247 (R\$9.771 em 31 de dezembro de 2020).

**26. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado**

	31/12/2021	31/12/2020
a) Custo de aquisição		



**Generali Brasil Seguros S.A.**

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57  
Sede Social - Av. Barão de Tefé, 34 - 16º andar  
Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20.220-460  
Tel.: (21) 2508 0100

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Generali Brasil Seguros S/A ("Generali Brasil") foi estabelecido pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2015. O Comitê é composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração da Generali Brasil.

O Comitê é um órgão de suporte ao Conselho de Administração e tem como principais funções a supervisão das atividades que tem como objetivo garantir a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Generali Brasil, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos, o cumprimento de normas internas e externas e a efetividade e independência das auditorias externa e interna.

Ao longo de 2021, as principais atividades exercidas pelo Comitê foram:

**Auditoria Interna** – (i) avaliou e aprovou o Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2021; (ii) foi informado sobre as atividades de auditoria realizadas ao longo do ano, bem como dos resultados dos trabalhos realizados; (iii) tomou conhecimento do status de implementação das recomendações da Auditoria Interna, com destaque para a evolução de implantação ao longo do ano, bem como para as recomendações pendentes de implantação; (iv) discutiu com a Administração da Generali as ações que estão sendo tomadas para a implantação das recomendações pendentes e melhoria do ambiente de controle da Companhia.

**Gestão de Riscos e Compliance** – (i) tomou conhecimento das atividades realizadas ao longo de 2021 e de que a estrutura de gestão de riscos da Companhia atende aos requisitos estabelecidos pelas normas da SUSEP; (ii) tomou conhecimento da adequação da estrutura das áreas de Compliance e Gestão de Riscos para exercer as atividades sob sua responsabilidade; (iii) foi informado sobre as iniciativas para o fortalecimento na Companhia de uma cultura de controles internos, gestão de riscos e compliance; (iv) foi informado sobre as atividades da Companhia para a prevenção à lavagem de dinheiro e a prevenção ao financiamento de terrorismo.

**Ouvidoria** – (i) o Comitê tomou conhecimento dos relatórios de atividades da Ouvidoria; (ii) avaliou a adequação da estrutura da área e de sua capacidade para atendimento das demandas de clientes; (iii) avaliou as estatísticas de atendimento e da evolução da eficiência da área ao longo do ano; (iv) tomou conhecimento das recomendações da Ouvidoria para melhoria dos processos internos voltados para atendimento aos clientes.

**Demonstrações financeiras** – (i) reuniu-se com o Presidente e com o Diretor Financeiro da Companhia, bem como com os auditores externos e com os atuários independentes para discutir os principais aspectos das demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as principais práticas contábeis adotadas; (ii) tomou conhecimento das ações que estão sendo adotadas pela administração para a melhoria dos controles internos, de acordo com as recomendações dos auditores externos; (iii) tomou conhecimento das atividades dos auditores externos e dos atuários independentes, incluindo o escopo do trabalho, os assuntos significativos e resultados das respectivas avaliações, as deficiências de controles identificadas, as recomendações à administração e a sua opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras.

Com base nos mencionados documentos e informações, o Comitê conclui que o sistema de controles internos e gestão de riscos é suficiente para prover adequada cobertura às operações da Companhia, considerando o seu volume e complexidade. Os auditores externos e a Auditoria Interna atuam de forma efetiva quanto à sua competência técnica e independência. As demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2022.

**Comitê de Auditoria**

Hugo Brioschi Ariel Leonardo Canelo Carola Altuna

**PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES**

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Generali Brasil Seguros S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

**Escopo da auditoria**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Generali Brasil Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Generali Brasil Seguros S.A., como previsto no pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

**Responsabilidade da administração**

A administração da Generali Brasil Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022



**Grant Thornton**

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.  
CNPJ nº 33.950.548/0001-51 - CIBA nº 161

Elmo Henrique de Moraes  
Atuário - MIBA 2040

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da

**Generali Brasil Seguros S.A. - Rio de Janeiro - RJ**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Generali Brasil Seguros S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Generali Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

**Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 25 de fevereiro de 2021, sem modificação.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Seguradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2022



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa  
Contador CRC 1SP167720/O-1

